

**PROCESSO** - A. I. Nº 087016.0001/21-0  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - MAGNA DO BRASIL PRODUTOS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA.  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 3ª JJF nº 0212-03/21-VD  
**ORIGEM** - DAT METRO / IFEP INDÚSTRIA  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET 29/07/2022

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJP Nº 0179-11/22-VD

**EMENTA:** ICMS. CRÉDITO FISCAL. USO INDEVIDO DOCUMENTOS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTAS FISCAIS NO REGISTRO DE ENTRADAS. MULTA.

**a)** MERCADORIAS NÃO TRIBUTÁVEIS. **b)** MERCADORIAS E SERVIÇOS. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 1% do valor comercial das mercadorias. O próprio autuante confessa que na impugnação, o contribuinte comprova que parte das notas foi regularmente escrituradas em datas posteriores ao período fiscalizado, estendendo-se até o exercício de 2019, que não foi objeto de verificação desta ação fiscal. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário, decorrente de Auto de Infração julgado Procedente em Parte na primeira instância deste Conselho de Fazenda, lavrado em 31/03/2021, com lançamento de multa no valor total de R\$298.294,69, em decorrência das seguintes irregularidades:

***Infração 01 – 016.001.002:** Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de janeiro a novembro de 2017. Multa de 1% sobre o valor das mercadorias, totalizando R\$ 226.089,95.*

***Infração 02 – 016.001.006:** Deu entrada no estabelecimento de mercadoria ou serviço tomado sem o devido registro na escrita fiscal, no mês de dezembro de 2017. Multa de 1% sobre o valor das notas fiscais, totalizando R\$ 72.204,73. O autuado, por meio de advogado, apresentou impugnação às fls. 23 a 27 do PAF*

Após a impugnação (fls. 21/37)) e a informação fiscal (fls. 162/63), o Auto de Infração foi julgado Procedente em Parte, conforme voto abaixo:

### VOTO

*O primeiro ponto tratado pelo defendente é quanto à questão da formação do auto de infração, bem como, a necessidade de que a intimação deva conter todos os elementos que serviram de base para a ação fiscal.*

*O defendente alegou que o vício está adstrito a aspecto material – ao objeto – do lançamento fiscal, que deve estar descrito de forma clara e precisa no auto de infração, sob pena de inviabilizar o exercício do direito de defesa.*

*Afirmou ser imprescindível que o auto de infração contenha de forma clara e objetiva a narração dos fatos e a indicação do fundamento jurídico para a caracterização destes fatos como uma infração tributária.*

*A simples indicação de dispositivos legais, sem que seja demonstrada a correlação destes com as circunstâncias de fato – que dão origem e fundamentam o crédito tributário do Fisco – impede o contribuinte de exercer plenamente seu direito de defesa, dificultando a identificação dos pontos supostamente violados.*

*Portanto, o Defendente alegou nulidade da aplicação da multa sobre os eventos autuados, em razão das provas apresentadas, comprovando o registro fiscal e contábil de parte das Notas Fiscais. Quanto a estas alegações, observo que a autuação fiscal está embasada nos demonstrativos elaborados pelos autuantes (fls. 08 a 14 dos autos) e nos documentos às fls. 47 a 271, e foram fornecidas ao Autuado as cópias dos mencionados demonstrativos (conforme fl. 16 do PAF).*

*Na informação fiscal, foi esclarecido que no curso da ação fiscal foi apresentada ao Autuado, para verificação sumária, o demonstrativo de fls. 10 a 13, completo na mídia de fl. 14.*

*Constato que as infrações foram descritas de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada, relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante o levantamento acostado aos autos, que é de fácil entendimento quanto ao método de apuração do débito.*

*Rejeito o pedido de nulidade apresentado nas razões de defesa, considerando que o PAF está revestido das formalidades legais, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Quanto à alegação defensiva de que há necessidade da realização de diligência ou perícia fiscal, fica indeferido o pedido com base no art. 147, inciso I, “a” e II do RPAF-BA/99, tendo em vista que os elementos constantes nos autos são suficientes para as conclusões acerca da lide, sendo desnecessária a mencionada diligência, em vista das provas produzidas nos autos.*

*Diante do levantamento fiscal e com base nos documentos acostados ao PAF, cujas cópias foram fornecidas ao autuado, mediante recibo, não se verificou dívida quanto à correção dos demonstrativos elaborados pelo autuante, por isso, indefiro o pedido de diligência fiscal formulado pelo autuado em sua impugnação. No mérito, as infrações 01 e 02 serão analisadas conjuntamente, considerando que tratam de multa referente à entrada no estabelecimento de mercadorias ou serviço tomado, sem o necessário registro na escrita fiscal.*

*Infração 01: Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de janeiro a novembro de 2017. Multa de 1% sobre o valor das mercadorias, totalizando R\$ 226.089,95.*

*Infração 02: Deu entrada no estabelecimento de mercadoria ou serviço tomado sem o devido registro na escrita fiscal, no mês de dezembro de 2017. Multa de 1% sobre o valor das notas fiscais, totalizando R\$ 72.204,73. O defendente informou que reconhece parcialmente as infrações impostas e que o lançamento de ofício reconhecido será quitado nos termos da legislação corrente.*

*Disse que a Autoridade Fiscal, deixou de verificar que notas fiscais foram escrituradas em momento posterior (Anexo II). O autuante Dijalma Moura de Souza, na informação fiscal às fls. 162/163 dos autos, disse que o Autuado comprovou que parte das notas fiscais foi regularmente escriturada em datas posteriores ao período fiscalizado.*

*Após as exclusões das notas fiscais registradas, elaborou novo demonstrativo de débito à fl. 163, totalizando R\$ 8.958,74. Conforme ressaltou o autuante, não houve necessidade de intimar o autuado para tomar conhecimento da informação fiscal, conforme previsto no § 8º do art. 127 do RPAF/BA, tendo em vista que os valores apurados após a revisão efetuada quando da informação fiscal, são os mesmos reconhecidos pelo defendente na impugnação apresentada. Observo que as informações prestadas pelo Autuante convergem integralmente com os argumentos e comprovações apresentados pela defesa, deixando de haver lide.*

*Neste caso, em razão dos argumentos trazidos pelo Defendente, alicerçados nos documentos e escrituração fiscal, tendo sido acolhidos pelo Autuante, constato as Infrações 01 e 02 subsistem parcialmente. Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores já recolhidos.*

A JJF, recorreu de ofício da presente decisão para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF, nos termos do art. 169, I, “a” do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 18.558, com efeitos a partir de 17/08/18.

## **VOTO**

Trata-se de Recurso de Ofício em que 2 infrações de multas por descumprimento de obrigações acessórias (falta de registro de entrada de mercadorias) no total de R\$298.294,69, foi reduzido para R\$8.958,74.

O próprio autuante confessa que na impugnação, o contribuinte comprova que parte das notas foi regularmente escrituradas em datas posteriores ao período fiscalizado, estendendo-se até o exercício de 2019, que não foi objeto de verificação desta ação fiscal.

À fl. 163 o autuante refaz o demonstrativo, restando na infração 1, multa de R\$8.912,76 e na infração 2, R\$45,98.

À fl. 25, na impugnação, o contribuinte informa que o valor sem comprovação corresponde a R\$8.958,74 depois de verificar as notas registradas, sendo o mesmo valor encontrado pelo autuante após a verificação das provas apresentadas pelo contribuinte no CD anexado à fl. 159.

Face ao exposto NEGO PROVIMENTO ao Recurso de Ofício. Auto de Infração PARCIALMENTE PROCEDENTE.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e manter a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **087016.0001/21-0**, lavrado contra **MAGNA DO BRASIL PRODUTOS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido, para efetuar o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$8.958,74**, prevista no art. 42, IX da Lei nº 7.014/96, com os acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei nº 9.837/05, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 14 de junho de 2022.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

ILDEMAR JOSÉ LANDIN – RELATOR

THIAGO ANTON ALBAN – REPR. DA PGE/PROFIS